

CIDADE, AMBIENTE E INJUSTIÇA: O PAPEL DO PLANEJAMENTO URBANO NA QUALIDADE AMBIENTAL

Húrbio Rodrigues de Oliveira Costa¹ 

Destaques:

- A produção das cidades historicamente influenciada pelo capitalismo, produz ambientes segregados.
- As possibilidades e limitações do ambiente são potencializadas pelo acesso, ou não, ao capital.
- Os impactos ambientais da apropriação e ocupação do relevo, afetam intensamente os mais pobres.
- A falta de planejamento urbano reduz a qualidade ambiental e aumenta a injustiça ambiental.
- A sociedade se insere no ambiente, sendo responsável pela qualidade ou degradação do mesmo.

Resumo: A relação entre a produção das cidades e sua organização a partir das características do sítio urbano, demonstraram ao longo da história da humanidade um vínculo relativamente próximo. Na medida em que as cidades se expandem, novos compartimentos do relevo são inseridos nessa realidade urbana, transformando a primeira natureza numa segunda que se adequa aos anseios de uma sociedade dividida em classes. Objetivando compreender o papel do planejamento urbano na produção das cidades e manutenção da qualidade ambiental, o estudo visa ainda associar a apropriação e ocupação das formas do relevo à mercantilização e distribuição desigual de recursos naturais e problemas ambientais. A partir das discussões teóricas e conceituais acerca da produção de cidades, planejamento urbano e qualidade ambiental, compreendemos que a sociedade dividida em classes se materializa no espaço urbano de modo a perpetuar o capitalismo, evidenciando a injustiça ambiental, consistindo na má distribuição do acesso a ambientes de qualidade e responsabilização equivocada pela ocorrência de desastres ambientais.

Palavras-chave: Cidades; Relevo; Planejamento Urbano; Qualidade Ambiental; Injustiça Ambiental.

CITY, ENVIRONMENT AND INJUSTICE: THE ROLE OF URBAN PLANNING IN ENVIRONMENTAL QUALITY

Abstract: Throughout human history, the production of cities and their organization based on urban site characteristics have been relatively closely linked. As cities expand, new relief compartments are included into this urban reality, transforming the first nature into a second one that suites the desires of a society divided into classes. To understand the role of urban planning in producing cities and maintaining environmental quality, this study seeks to associate the appropriation and occupation of landforms with the commodification and unequal distribution of natural resources

¹ Doutorando em Geografia pelo Programa De Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente. E-mail: hurbiorodrigues@gmail.com

and environmental problems. Based on theoretical and conceptual discussions on the production of cities, urban planning and environmental quality, we understand that the class society materializes into the urban space to perpetuate capitalism, highlighting environmental injustice, consisting in the poor distribution of access to quality environments and misguided accountability for the occurrence of environmental disasters.

Keywords: Cities; Relief; Urban Planning; Environmental Quality; Environmental Injustice.

CIUDAD, MEDIO AMBIENTE E INJUSTICIA: EL PAPEL DE LA PLANIFICACIÓN URBANA EN LA CALIDAD AMBIENTAL

Resumen: La relación entre la producción de las ciudades y su organización a partir de las características del sitio urbano ha demostrado un vínculo relativamente estrecho a lo largo de la humanidad. A medida que las ciudades se expanden, nuevos compartimentos de relieve se insertan en esta realidad urbana y transforman la primera naturaleza en una segunda que se ajusta a las aspiraciones de una sociedad dividida en clases. Para comprender el papel de la planificación urbana en la producción de ciudades y el mantenimiento de la calidad ambiental, este estudio pretende asociar la apropiación y ocupación de formas de relieve con la mercantilización y distribución desigual de los recursos naturales y los problemas ambientales. A partir de las discusiones teóricas y conceptuales sobre la producción de las ciudades, la planificación urbana y la calidad ambiental, se constató que la sociedad dividida en clases se materializa en el espacio urbano para perpetuar el capitalismo, lo que produce injusticia ambiental, mala distribución del acceso a ambientes de calidad y responsabilidad equivocada por la ocurrencia de desastres ambientales.

Palabras clave: Ciudades; Relieve; Planificación urbana; Calidad ambiental; Injusticia Ambiental.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da sociedade encontra-se historicamente atrelado ao processo de apropriação de recursos naturais, aos poucos transformados de modo a atender as necessidades de um determinado período ou modo de produção. Da apropriação do relevo aos diferentes usos do solo, o ser humano se apropria e transforma esses recursos, muitas vezes não considerando os impactos que surgem a partir dessas intervenções.

Considerando as atividades desenvolvidas pelos seres humanos na contemporaneidade, adotaremos o sítio urbano como ponto de partida para compreender o papel do planejamento urbano na qualidade ambiental. Nas cidades, a relação entre sociedade e natureza ganha destaque ao evidenciar a coexistência desses dois elementos, ao mesmo tempo em que demonstra o distanciamento criado ao longo da história da humanidade.

Quando se trata das relações estabelecidas no sítio urbano, considerado enquanto meio físico utilizado na edificação das cidades (GEORGE, 1983), componentes solo, relevo e substrato rochoso, influenciam na forma como se dá o processo de ocupação. Ao compreender a importância dos elementos físicos do sítio urbano para as discussões neste estudo, assumimos as formas do relevo e os processos responsáveis por dar origem a elas, assim como as alterações na morfodinâmica, pois tanto o processo de ocupação quanto as consequências do mesmo, interferem no planejamento urbano e qualidade ambiental.

A morfodinâmica, para Tricart (1977), consiste nos processos estabelecidos de maneira interligada, responsáveis por regular a morfogênese e pedogênese, ou seja, dando origem as formas do relevo e aos diferentes tipos de solo. Ao adotar as cidades enquanto recorte de estudo, e conseqüentemente as características do sítio urbano, entende-se que a intervenção nas dinâmicas naturais historicamente aconteceu de maneira intensa e degradante, impactando o ambiente.

Nas cidades, comumente se identifica a apropriação seguida da ocupação de formas do relevo, os compartimentos adquirem valor de troca e são distribuídos de maneira congruente à divisão de classes identificadas no modo de produção capitalista. Conseqüentemente, a divisão de classes torna-se nítida na paisagem urbana, assim como a degradação do ambiente, sobretudo nos fundos de vale e encostas de morros, onde majoritariamente tem-se a instalação de pessoas com menor poder aquisitivo.

A setorização das classes de acordo com a valorização dos compartimentos do relevo quando associada a falta de planejamento urbano, afetar diretamente na qualidade do ambiente. Observa-se uma série de eventos associados a problemas ambientais urbanos oriundos da ausência ou mal planejamento urbano, frequentemente atingindo a parcela mais pobre da população.

Compreendendo a cidade enquanto ambiente no qual as relações sociais e naturais se estabelecem, influenciando e sendo influenciadas, ressalta-se o papel do ser humano nas transformações desse ambiente. O ambiente, enquanto sistema, permanece em equilíbrio até o momento em que forças agem rompendo com o equilíbrio dinâmico dos processos naturais (HACK, 1960). O

ser humano e suas intervenções aparecem neste cenário como força que age rompendo o equilíbrio dinâmico, as consequências atingem a população urbana, no entanto não de maneira uniforme.

O presente estudo traz discussões acerca da construção histórica da cidade enquanto locus das relações sociais e de dominação da natureza, percebendo as intervenções promovidas no ambiente adequando as condições naturais aos fatores e interesses sociais. O papel do relevo no planejamento urbano e os desdobramentos que influenciam na qualidade ambiental, são essenciais para a construção de discussões em torno da relação dos seres humanos com o meio.

A título de exemplo, a impermeabilização da superfície do solo promovida durante a produção do espaço urbano, faz romper o equilíbrio das dinâmicas de escoamento e infiltração. A água, que anteriormente infiltrava, passa a escoar superficialmente provocando enxurradas, alagamentos e potencializando a ocorrência de enchentes seguidas de inundação (COSTA, 2019).

A partir do pressuposto, o estudo tem como objetivo compreender o papel do planejamento urbano na produção das cidades e manutenção da qualidade ambiental. Busca-se ainda associar a apropriação e ocupação das formas do relevo à mercantilização e distribuição desigual de recursos naturais e problemas ambientais. Relacionado ao objetivo principal deste estudo, espera-se interpretar as relações entre qualidade ambiental e injustiça ambiental, visto que a sociedade dividida em classes passa a ter acesso diferenciado no espaço urbano.

Metodologicamente, o presente estudo propõe discussões teóricas fornecendo meios para entender a produção das cidades a partir do processo de ocupação do relevo. Dar-se-á destaque ao papel do planejamento urbano e dos estudos referentes a qualidade ambiental, no sentido relacionar o fato dos problemas ambientais acompanharem, na maioria das vezes, os problemas socioeconômicos.

Para Japiassu e Marcondes (2001), são nas contradições que se torna possível identificar as verdades, a partir da racionalização de um determinado problema ou objeto. A construção de pares dialéticos permite questionar a

relação entre natural e social ao longo da história das cidades e da humanidade, bem como o papel do planejamento urbano na apropriação e ocupação das formas do relevo, afetando a qualidade do ambiente.

Partindo do pressuposto, o presente estudo encontra-se organizado em quatro seções teóricas construídas de modo a evidenciar o papel da relação entre sociedade e natureza na construção de cidades que refletem o modo de produção vigente. Traz à tona ainda, discussões acerca do papel das formas do relevo na organização do espaço urbano, bem como a valorização e distribuição desigual dos componentes naturais. Por fim, o estudo remete ao planejamento urbano, qualidade ambiental e distribuição desigual dos impactos ambientais em áreas urbanas, frutos da injustiça ambiental.

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS CIDADES

A cidade adquiriu com o passar do tempo o título de locus do desenvolvimento tecnológico, intelectual, social e econômico, entretanto, é interessante regressar aos primórdios e compreender como tal papel foi assumido. Pautando na transformação da relação entre seres humanos e o ambiente, o desenvolvimento de diferentes técnicas, assim como a organização política e social, fazem parte da construção histórica das cidades.

Soja (2008), aponta o avanço da agricultura em detrimento da caça, como uma das principais mudanças que permitiram o surgimento das primeiras aglomerações. A passagem do nomadismo para o sedentarismo, permitiu que pequenos grupos se formassem e produzissem seus alimentos, por meio de uma rede comercial incipiente, esses grupos se conectavam permitindo a troca de excedentes (SOJA, 2008).

Munford (1998), destaca o papel da mulher no avanço das técnicas agrícolas e no interesse em se fixar num determinado ponto do espaço, de modo a cuidar dos filhos, da segurança e da produção de alimentos. A permanência da mulher na aldeia, enquanto os homens saíam para caçar, deu a possibilidade para que elas se conectassem com o solo, aprendendo a lidar com as dinâmicas naturais e extrair desse recurso a maior quantidade de alimentos possíveis.

Para além disso, Munford (1998) ressalta que as relações de afetividade com o lugar, são fundamentais para que o ser humano abandone o nomadismo

num determinado momento da história. O autor, reafirma a existência da cidade dos mortos, antes mesmo de existir a cidade dos vivos, a chamada Necrópolis. Essa organização, permitia que os entes já falecidos fossem sepultados e a partir daí criam-se vínculos afetivos com o lugar (MUNFORD, 1998).

Seja pela afetividade ou pelo desenvolvimento da agricultura, a origem das cidades pode ser associada a um conjunto de causas que de maneira integrada influenciaram na produção do espaço urbano. Sobre as primeiras aglomerações urbanas, Soja (2008) destaca a relação entre demandas administrativas, tempo de produção agrícola, a propagação da fé, o surgimento de excedentes e, ainda, as relações comerciais e em comunidade que surgem a partir do sedentarismo. No momento em que as relações entre seres humanos e meio se estreitam, existe uma compreensão maior das dinâmicas da natureza, melhorando a produção agrícola, a adubação e irrigação são ferramentas fundamentais para potencializar a produção de alimentos neste período da história humana (SOJA, 2008).

O excedente da produção se torna uma moeda de troca e, inclusive, permite a melhoria na alimentação dessas comunidades graças a variedade de produtos que se tornam disponíveis, assim, tem-se o aumento populacional ocasionado pela melhoria da qualidade de vida (SOJA, 2008). Ao criar uma rede comercial, essas aldeias e comunidades vão aos poucos se desenvolvendo e podem ser consideradas como prelúdio para a cidade, que para Munford (1998),

[...] pode ser descrita como uma estrutura especialmente condensada para admitir a quantidade máxima de facilidades num mínimo de espaço, mas também capaz de um alargamento estrutural que lhe permite encontrar um lugar que sirva de abrigo às necessidades mutáveis e às formas mais complexas de uma sociedade crescente e de sua herança social acumulada. (MUNFORD, 1998, p. 38-39)

Nota-se o vínculo entre os processos e interesses de um determinado período na construção do espaço no qual as relações sociais, econômicas, culturais, religiosas e etc., passam a se estruturar. Para Lefebvre (2013), é notório o papel do modo de produção na construção do espaço, pois tanto o rural quanto urbano refletem os interesses da sociedade naquele momento. É interessante entender que a maneira como o espaço era organizado durante o

feudalismo, se difere do espaço produzido pelo capitalismo, as relações sociais e econômicas são diferentes, por consequência o espaço também será.

Segundo Lefebvre (1972), a cidade não apenas reflete as necessidades de um modo de produção, como desempenha papel fundamental na organização territorial e manutenção do mesmo. O espaço produzido e organizado, possibilita o estabelecimento de relações de poder, criando territórios marcados pela atuação e influência entre cidades dentro de uma rede. Lefebvre (1972, p. 41), entende que na antiguidade “a cidade política organizava, dominava, protegia, administrava, explorava um território com os seus camponeses, aldeões, pastores, etc.”. Tal organização, demonstrava divisão das funções políticas e econômicas, realidade que permaneceu ao longo da história das cidades.

Brenner (2014), entende a urbanização não apenas como um processo que acontece na escala local e regional, mas como fenômeno que influencia ao mesmo tempo em que é afetado pela dinâmica global. A partir do momento em que o avanço tecnológico dos meios de transporte e de comunicação, tornam-se presentes em boa parte do planeta, processos como a urbanização vão chegando aos lugares mais remotos.

Considerando o modo de produção capitalista como sistema pautado no lucro, na diferenciação de classes e na propriedade privada, é interessante perceber como a cidade materializa essas características e contradições. Lefebvre (2013), considera aqueles que detêm a propriedade da terra, enquanto principais responsáveis por organizar o espaço urbano, mormente arranjado de acordo com os interesses da elite.

Para Lefebvre (1972), a cidade é produto ao mesmo tempo em que é capaz de produzir a partir dos anseios e de uma sociedade e modo de produção dividida em classes, com relações contraditórias e segregantes. É nela que a produção e o consumo se dão, atendendo as diferentes classes presentes no espaço urbano e privilegiando aquelas com mais acesso ao capital.

Para Lefebvre (2013), o modo de produção, não somente organiza e produz o espaço, como define a ideia de tempo. O tempo no modo de produção capitalista, é considerado um tempo rápido, mutável e extremamente exigente de inovações que sustentam a reprodução do capital (LEFEBVRE, 2013).

A aceleração do tempo em benefício da produção, fica nítida ao considerarmos o avanço na indústria, tecnologia, consumo e, dos meios de transporte e comunicação, promovendo o que Harvey (2013a) denomina de compressão do espaço-tempo. É possível observar a aceleração de processos produtivos que ao recaírem sobre o espaço urbano, fazem com que o tempo na cidade seja concebido de forma acelerada. As distâncias entre lugares se tornam mais curtas e as relações com o espaço, mais superficiais, visto que as mudanças são mais constantes do que as permanências no espaço.

Para Carlos (1997), a cidade, em constante transformação, torna-se ainda o símbolo do afastamento entre homem e natureza, no qual as relações sociais estabelecidas a partir do capitalismo produzem uma sociedade/cidade desigualmente estruturada e distribuída. Brenner (2014), compreende essa desigualdade enquanto característica do capitalismo, materializando-se num espaço urbano segregado e excludente.

A configuração atual das cidades, almeja a reprodução do capital, explorando mão de obra barata e estimulando o consumo acelerado. O modo de vida urbano, do tempo rápido, da produção e do consumo, respinga ainda nas relações com o espaço rural, que recebe demandas maiores de produção para abastecer as cidades (BRENNER, 2014).

A diferenciação entre rural e urbano, rico e pobre, desenvolvido e subdesenvolvido, entre outros, estimula a competição entre os pares e reforça o caráter segregatório do capitalismo enquanto modo de produção. Lefebvre (1972, p. 36), ressalta que, a “separação das classes é simultaneamente ilusória e extremamente real”. É ilusória ao estarem agrupadas na sociedade como um todo, mas é real visto que na materialidade essas disparidades são evidentes e originam uma série de conflitos na cidade.

Singer (1980), compreende o solo urbano enquanto ponto de partida para as disputas socioeconômicas que se dão nas cidades, motivadas sobretudo pelo capitalismo. Esses conflitos tornam-se ainda mais evidentes no processo de produção do espaço urbano, visto que o valor de uso da terra é transformado em valor de troca, incrementando o preço na transição de solo rural para solo urbano (CARLOS, 2018). Assim, a cidade torna-se uma mercadoria, aprimorada

cada vez mais, de modo a potencializar os lucros daqueles que detêm a propriedade da terra.

A transformação da terra rural em urbana, é um exemplo prático do quanto valorizada ela se torna ao receber infraestrutura urbana, sendo loteada em pedaços menores e revendida por altos preços. Harvey (2013b), considera que o modo capitalista de produção, encontrou nas cidades o ambiente adequado para multiplicar o lucro, mesmo aplicando o mínimo de investimentos.

A cidade, anteriormente tida enquanto aglomeração que reunia as necessidades básicas para a vida em comunidade, atualmente adquire outras funções, refletindo as características predatórias do capitalismo. Corrêa (2004), entende que até mesmo a localização de uma cidade remete aos interesses do capitalismo, permitindo que em rede uma cidade complemente ou, ainda, explore os recursos da outra de modo a potencializar a reprodução de capital.

Para Magrini (2013, p. 365), a cidade resulta dos “diferentes elementos que participam de seu processo de produção e apropriação”. A autora ressalta, por exemplo, a presença de diferentes tempos e materialidades no tecido urbano, que evidenciam práticas socioespaciais desenvolvidas por seus habitantes (MAGRINI, 2013).

Tais práticas socioespaciais, elucidam o poder de transformação de cada classe presente na cidade, criando paisagens que condizem com seu potencial de consumo e produção. Deste modo, a cidade não somente reflete as características do modo de produção vigente, como escancara as contradições e disparidades presentes no capitalismo. O estímulo à propriedade privada, a exploração da mão de obra e a distribuição desigual de terras, permite criar paisagens urbanas que demonstram a capacidade de consumo dos habitantes em diferentes recortes da cidade.

ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE O RELEVO E AS CIDADES

As contradições do capitalismo, apropriam e se materializam sobre um substrato, aqui denominado por sítio urbano, “definido como o quadro topográfico no qual se enraizou a cidade, pelo menos em suas origens” (GEORGE, 1983, p. 37). O relevo, na produção do espaço urbano, é

transformado em mercadoria, evidenciando a capacidade do ser humano em instituir valor em objetos, inclusive em componentes físicos da natureza.

Para Miyazaki (2013, p. 32), o “sítio urbano pode parecer um elemento menos importante, diante do avanço das técnicas ligadas à construção, terraplanagem e aterramentos”, mas durante muito tempo, para expandir as áreas de ocupação, consideravam-se as características físicas do sítio urbano. Superar estes obstáculos naturais por meio de ferramentas fornecidas pela engenharia tornou-se uma prática comum nos espaços urbanos, dos aterramentos à canalização de cursos d’água.

É necessário compreendermos a influência do sítio urbano, não somente nos primórdios da urbanização, mas ao longo da história da humanidade, evidenciando limitações e potencialidades do sítio urbano (MIYAZAKI, 2013). Na história das cidades, frequentemente sua instalação se dava as margens de canais fluviais, por questões de logística de abastecimento de água e transporte.

Munford (1998) destaca, por exemplo, o aparecimento de cidades em vales de rios como o Nilo e Tigre-Eufrates. Os fundos de vale, representavam características interessantes para um sítio urbano, como a presença de terrenos planos, a proximidade com fontes de água, além da produtividade do solo e o fácil acesso as vias de transporte, no caso os rios.

A ausência de técnicas para construção, impelia os seres humanos a encontrarem áreas propícias para construção e estabelecimento de aldeias, no entanto, com o passar do tempo e avanços tecnológicos, a capacidade de transformar o ambiente tem se tornado cada vez mais intensa. Suertegaray (2021), entende que a produção da cidade está atrelada a construção de um ambiente no qual a população urbana possa se estabelecer e se desenvolver, transformando a primeira natureza em uma segunda natureza dotada de elementos artificiais. Assim, a partir do desenvolvimento de técnicas de engenharia,

A dinâmica urbana transforma o sítio urbano, afoga rios, promove ilhas de calor, muda os fluxos d’água superficiais e subterrâneos, polui o ar. Ou seja, a dinâmica urbana produz uma segunda natureza, produz ambiente. Essas transformações expressam um processo histórico de apropriação da natureza e de reapropriação, por parte da dinâmica capitalista. Além disso,

a paisagem urbana não é homogênea; ela revela problemas ambientais diferenciados (SUERTEGARAY, 2021, p. 56).

Pensando nessa segunda natureza, Munford (1998), ressalta a capacidade de transformação do ambiente de acordo com as necessidades dos seres humanos, desde os primórdios da urbanização. Ao drenar pântanos ou regular o direcionamento de cursos d'água, os seres humanos já interferiam direta e indiretamente nas dinâmicas da natureza.

Lefebvre (2013), ao abordar o papel dos meios de transportes no avanço do processo de urbanização, ressalta o quão importante era a proximidade com os canais fluviais, vistos por muito tempo como principal via de transporte. De acordo com o autor, na medida em que vias de acesso, como estradas de ferro e aeroportos são criados, a capacidade do ser humano em se locomover, transformando o ambiente, é potencializada (LEFEBVRE, 2013). Para Lefebvre (2013), se deslocar em grandes distâncias, não mais limitadas por barreiras físicas ou pela capacidade de se deslocar a pé ou por tração animal, permitiu estabelecer relações comerciais com outras aldeias.

A capacidade de deslocamento e sobreposição de obstáculos naturais, possibilitou escolher áreas mais distantes e possíveis para habitação, dispersando as aglomerações já existentes. Apesar dos avanços tecnológicos, o sítio urbano ainda é considerado durante o processo de apropriação e ocupação urbana, sobretudo devido valorização da terra. Esta valorização, de acordo com Singer (1980), ocorre a partir do momento em que um promotor imobiliário decide incluir uma nova área ao espaço urbano. Elementos como a declividade e tipo de solo, contribuem para a valorização ou desvalorização do terreno, considerando o número de intervenções necessárias para torna-lo habitável.

O relevo e o solo urbano, desta maneira, passam a ser comercializados considerando os interesses do capitalismo, no qual os compartimentos e tipos de solo mais favoráveis a ocupação, são destinadas as classes de maior poder aquisitivo. Lefebvre (2013), compreende que cada grupo social tem o acesso à terra limitado por sua capacidade de compra. Neste sentido, o espaço urbano dividido por classes, se materializa sobre o sítio urbano de maneira desigual, segregado a partir dos preços impostos pelos promotores imobiliários direcionando a ocupação, visando obter o máximo de lucro (LEFEBVRE, 2013).

O interesse em lucrar, inclusive sobre as formas do relevo, demonstra a capacidade de inserir valor em elementos naturais e afetam o processo de produção do espaço urbano. Neste sentido,

A apropriação do espaço pela sociedade evidencia a importância do relevo como fator de natureza antagônica, ora favorável à ocupação, ora apresentando feições e processos que desencorajam o mecanismo de ocupação por grupos humanos. Assim, o relevo tem um caráter restritivo a determinados tipos de ocupação humana (GIRÃO; CORRÊA, 2004, p. 39).

Visando superar vulnerabilidades do ambiente à ocupação, o ser humano desconstrói o ambiente para reconstruí-lo de modo a atender as demandas da sociedade (CASSILHA; CASSILHA, 2009). As autoras compreendem que esse meio apropriado e transformado, é finito e demonstra fragilidade, as interferências e impactos se acumulam no ambiente ao longo da história da humanidade e culminam na degradação ambiental percebida em boa parte das cidades.

As intervenções, promovidas para o desempenho das atividades humanas, permitem afirmar que o sítio urbano influencia através de suas formas naturais, orientando expansão da malha urbana. Porém, de acordo com Miyazaki (2013, p. 33), o sítio urbano não deve ser considerado enquanto “um definidor único e exclusivo na configuração das formas urbanas, pois, nesse caso, estaríamos limitando a análise em um determinismo ambiental simplista”.

Direcionando a discussão para o campo do planejamento, ao invés de culpabilizar os componentes naturais do ambiente por dificultar o desenvolvimento e expansão urbana, é interessante considerar a importância dos estudos prévios no planejamento urbano. Girão e Corrêa (2004), destacam os estudos geomorfológicos enquanto ferramenta para compreender os elementos do sítio urbano, evidenciando as potencialidades e vulnerabilidade, reduzindo assim a exposição ao risco de eventos como inundações e deslizamentos, comumente associados a áreas urbanas.

Assim, o planejamento urbano é fundamental no processo de apropriação e ocupação do relevo em áreas urbanas, possibilitando reduzir os impactos gerados no ambiente. O planejamento urbano, associado aos estudos

geomorfológicos, permitem ainda direcionar o processo de ocupação para áreas menos vulneráveis, restringindo a exposição a ocorrência de eventos perigosos.

DO PAPEL DESEMPENHADO PELO PLANEJAMENTO URBANO

O ambiente criado a partir da relação entre social e natural, apresenta uma série de indícios de que a apropriação e ocupação do relevo, bem como o uso de outros recursos naturais, se deu de forma predatória. A exaustão de reservas de minérios, degradação do solo agricultável e os problemas ambientais urbanos que acompanham a história da humanidade, não devem ser lidos apenas como “resposta” de uma natureza vingativa, mas enquanto consequência do rompimento do equilíbrio dinâmico de processos naturais.

Para Hack (1960), o planeta na qualidade de sistema, é dotado de dinâmicas que podem ser alteradas com a entrada ou retirada de elementos, influenciando nos processos naturais. Se tratando das condições naturais ou sociais de um determinado ambiente, é relevante considerar a importância de estudos prévios, pois são fortes aliados na prevenção de desastres e problemas ambientais, sobretudo no espaço urbano.

A partir do pressuposto, reconhecer o ambiente e os elementos que dele fazem parte, é de suma importância, principalmente ao considerarmos a ação dos seres humanos. Girão e Corrêa (2004, p. 36), ressaltam que a intervenção promovida pela ação humana se tornou “um relevante agente modificador do meio ambiente, alterando o equilíbrio e a dinâmica dos processos naturais”. Dessa maneira, os autores evidenciam a negligência dos seres humanos frente aos elementos naturais, rompendo com o equilíbrio dinâmico, consumindo ou degradando de maneira exacerbada recursos naturais, ignorando o bem-estar social e a qualidade ambiental.

A ação humana sobre o ambiente, demonstrou ao longo da história da humanidade o caráter imediatista de cunho predatório. A exemplo disso, o processo de colonização realizado com o intuito de explorar, fez com que diversos países tivessem parte dos recursos naturais degradados, ou ainda dizimados por terem sido explorados até a exaustão das reservas.

Ocupar, especialmente nas cidades, demanda a apropriação de recursos e a transformação das características naturais do ambiente, inserindo elementos

que facilitam o desenvolvimento das atividades humanas. A expansão da malha urbana estimulada pelo crescimento populacional, se apropria de novos compartimentos do relevo e os transforma. As pavimentações, construções e outros equipamentos urbanos inserido, são exemplos de intervenções capazes de afetar direta ou indiretamente nos processos naturais.

Compreendendo que a expansão urbana se dá sobre elementos naturais, especialmente o relevo, solos e cursos d'água, Guerra e Marçal (2014), reforçam a importância de estudos geomorfológicos na construção do planejamento urbano. Estudar os elementos presentes no sítio urbano, possibilita o direcionamento da expansão, minimizando os impactos das transformações no meio ambiente.

Munford (1998), indica a urgência de que o planejamento considere não apenas os elementos urbanos como também os rurais, especialmente se considerarmos que a realidade de um afeta o outro. A título de exemplo, o êxodo rural promovido pela precarização do trabalho e mecanização das práticas agrícolas, promoveu o inchaço urbano em grande parte das cidades, a partir daí, processos como a favelização e outros tipos de ocupação irregular, integram a realidade urbana.

O planejamento deve, desta maneira, considerar não somente os componentes urbanos, mas aqueles que podem ser inseridos a médio e longo prazo por algum estímulo migratório. Assim,

Planejamento, assim como o inglês *planning*, o alemão *planung*, o francês *planification* e o espanhol *planeamiento*, tem raízes muito antigas, que remontam ao latim *planus*. O estabelecimento de um plano inicial e a ação em conformidade com esse plano, que é uma definição aproximativa do que seja o planejamento (urbano ou qualquer outro), tinha a ver, originalmente, com a representação bidimensional de uma construção – o plano dessa construção. Como se percebe até intuitivamente, a palavra planejamento sempre remete ao futuro. Esse conteúdo essencial permanece se se transcreve a discussão para a seara do planejamento urbano, coisa muito diversa e infinitamente mais complexa que o planejamento de uma construção, por envolver todo um coletivo prenhe de conflitos e contradições e uma ponderável dimensão de imprevisibilidade (SOUZA, 2006, p. 149).

Partindo da discussão trazida em Souza (2006), é interessante manter a associação do planejamento com atividades futuras, não necessariamente

prevendo, mas considerando a possibilidade de acontecimentos que afetariam a qualidade do ambiente e dos serviços urbanos. O problema repousa no fato do planejamento urbano, frequentemente ser não ser considerado no processo de construção da cidade. No entanto, após a materialização da cidade quando se percebem os problemas oriundos de uma ocupação inadequada, surge a urgência de mitigar os impactos.

Para Souza (2010), o planejamento urbano se difere da gestão urbana, pois considera estudos prévios e fornecendo as ferramentas necessárias para o desenvolvimento das cidades e minimizando os impactos da ocupação urbana, enquanto a gestão consiste no acompanhamento desse planejamento, diminuindo possíveis impactos.

Cassilha e Cassilha (2009, p. 66), acreditam que adotando “como principal prática a noção de equilíbrio, o planejamento urbano e o sistema de planejamento, devem ter como objetivo principal o estabelecimento de um padrão superior da qualidade de vida da população”. Para isso, os equipamentos urbanos devem suprir a demanda populacional urbana, reduzir a existência de problemas ambientais ou dificuldade de acesso a serviços de saúde e educação. O desequilíbrio no acesso a esses serviços pode ser visto como indícios da má execução do planejamento, ou ainda a inexistência do mesmo.

Considerar o ambiente criado, é também revisitar o passado e as possibilidades futuras, tendo em vista que elementos naturais são transformados e o rompimento do equilíbrio dinâmico ocasiona uma série de fenômenos dos quais os seres humanos não detêm controle. Neste sentido Mota (1999, p. 100), acredita que esse “planejamento urbano deve resultar, portanto, na conservação dos recursos naturais, entendida como o uso apropriado do meio ambiente dentro dos limites capazes de manter sua qualidade e seu equilíbrio, em níveis aceitáveis”.

Esse equilíbrio pode ser rompido por sucessão de eventos, Pedro (2011), ressalta, que o aumento do número de habitantes, cria a demandas de expansão territorial, ocupando outros compartimentos do relevo. Ao considerar esse crescimento habitacional, existe a possibilidade de que áreas passíveis à ocupação, sejam estudadas e selecionadas para direcionar o crescimento. No entanto, a realidade evidencia a expansão da malha urbana motivada por

interesses dos agentes imobiliários, potencializando as discrepâncias do modo de produção capitalista.

O modo de produção capitalista pode ser considerado como classicista na medida em que divide a sociedade em classes de acordo com a sua capacidade de consumo e produção. É ainda segregatório, quando direciona essas classes para recortes espaciais na cidade que condizem com a sua capacidade de consumo. O problema maior é que as áreas destinadas à população de menor poder aquisitivo, são aquelas com a maior ocorrência de problemas e impactos ambientais urbanos, associando-se à ineficácia da gestão pública.

Toda e qualquer ação humana no ambiente, gera alguma forma de impacto e de acordo com Coelho (2013, p.24), pode ser entendido, enquanto “processo de mudanças sociais e ecológicas causado por perturbações (uma nova ocupação e/ou construção de um objeto novo: uma usina, uma estrada ou uma indústria) no meio ambiente”. Estes impactos ambientais representam não somente uma consequência das intervenções promovidas no ambiente, como também a ausência de estudos anteriores à instalação, considerando as dinâmicas da natureza e a inserção da sociedade num determinado meio.

No ambiente urbano, a partir do planejamento é possível criar, organizar e reestruturar a cidade de acordo com as necessidades da população que ali habita, no entanto, na medida em que o planejamento se reporta aos interesses do capitalismo, o bem-estar social é colocado em segundo plano. Silva (2008, p. 92), acredita que a “imagem urbana vai aos poucos, assumindo a forma mercantil, transforma-se em excelente negócio”, o “produto” é aprimorado inserindo valor de mercado. Ao ser consumido de maneira diferenciada considerando a capacidade financeira de cada classe, fica evidente para quem são realizadas as melhorias e a quem se destina o ambiente de qualidade.

A origem das cidades está associada não somente ao sítio urbano, mas ao planejamento (ou ausência dele), que ao criar este espaço urbano, o segmenta e direciona o processo de ocupação, sobretudo a partir de interesses econômicos. No capitalismo, torna-se evidente a segregação das classes e conseqüentemente dos impactos e problemas ambientais urbanos, urge discutirmos a quem se direcionam os problemas oriundos da urbanização e da ineficiência do planejamento.

QUALIDADE AMBIENTAL E INJUSTIÇA AMBIENTAL RELACIONADA A OCUPAÇÃO DO RELEVO

Ao trazer à tona a relação entre sociedade e natureza a partir da produção da cidade sobre o relevo, as discrepâncias de um modo de produção pautado na divisão de classes se tornam claras. Aspectos como a injustiça ambiental e a dificuldade em acessar ambientes de qualidade por aqueles que não detêm capital, são uma realidade urbana construída ao longo dos anos. Desta maneira, é importante definir o conceito de ambiente, para compreender o que vem a ser um ambiente de qualidade.

Podendo ser entendido enquanto a reunião de elementos bióticos e abióticos, o ambiente representa a possibilidade de desenvolvimento da vida e de suas relações num determinado recorte espacial (SANTOS; CALDEYRO, 2007; SOUZA, 2019; SUERTEGARAY, 2021). Em termos de complexidade, existe a possibilidade de considerarmos o ambiente enquanto similar ao espaço geográfico no sentido de abrangência, no entanto o foco repousa na maneira como os elementos naturais possibilitam e influenciam as relações entre homem e meio.

Para Suertegaray (2021), o ambiente surge na qualidade de resultado da ação humana sobre o espaço, transformando a natureza e criando possibilidades para que este se torne uma mercadoria que desperte o interesse do capital. Neste sentido, enquanto produto dotado de valores comerciais, quanto maior a qualidade desse ambiente, mais valorizado este se torna, atingindo públicos mais exigentes e capazes de pagar por tal qualidade.

Santos e Caldeyro (2007), ao compreenderem o ambiente enquanto elemento fundamental para o desenvolvimento da vida, responsabilizam os seres humanos pela qualidade ambiental, fruto do nível de interferência das ações sociais na natureza. Numa cidade, por exemplo, quanto mais degradado o ambiente, mais desvalorizado ele se torna, remetendo a problemas como a segregação socioespacial e a injustiça ambiental.

Essa responsabilidade, atualmente atribuída aos seres humanos, não é em vão. Por muito tempo, os problemas ambientais eram compreendidos como alheios a condição humana. Meios de comunicação e ambientalistas radicais,

por vezes consideravam eventos como enchentes, inundações e movimentos de massa enquanto castigos ou respostas de uma natureza irritada com seus inquilinos.

Ao se colocar “fora” do ambiente, o ser humano tira de si toda responsabilidade que possui pelos impactos ambientais. Souza (2019, p. 79), reforça a ideia de que o “ambiente, assim, não é algo que ‘nos envolve’, um envoltório: o ambiente somos também nós, histórica e culturalmente situados”, portanto, o ser humano não só é responsável pelos problemas ambientais como faz parte deles.

Ao adotarmos a ideia de um ambiente histórica e socialmente construído pelos seres humanos, bem como pelos demais componentes físicos que dele fazem parte, urge enxergá-lo enquanto conjunto de sistemas interligados, dotados de fluxos e ciclos naturais. Na medida em que atividades sociais são inseridas nesse meio natural, os fluxos e ciclos tendem a se romper, entrando em estado de desequilíbrio ambiental.

Santos e Caldeyro (2007, p. 20) reforçam a ideia de sistema e reação em cadeia, destacando o fato de que “o estado de um elemento é condicionante e determinante do estado de outro elemento, e, assim, sucessivamente”. Como exemplo, na medida em que a superfície do solo é impermeabilizada, a infiltração diminui e aumenta o escoamento superficial da água das chuvas, conseqüentemente sobrecarregando o sistema de drenagem urbana e promovendo, em alguns casos, enxurradas, enchentes e inundações. Assim, os elementos desse ambiente estão conectados e dependem uns dos outros para funcionarem de maneira adequada, constituindo um ambiente de qualidade.

Enquanto social e historicamente construído, Coelho (2013) compreende o ambiente enquanto ativo e passivo, ao dar suporte físico, pode ser socialmente modificado, ao mesmo tempo em que modifica a sociedade. Remetendo a discussão sobre produção das cidades, planejamento e valorização dos recursos naturais, quando degradado pelo processo de ocupação, um determinado recorte espacial perde valor comercial, sendo direcionado a população de menor poder aquisitivo. Deste modo, o ambiente é passivo ao ser submetido a tal degradação e ativo quando suas condições naturais promovem alterações nas dinâmicas de ocupação.

Esse acesso ao ambiente, evidencia o caráter segregatório do modo de produção capitalista a as características da produção do espaço urbano. Carlos (2018), compreende a segregação do espaço urbano e a maneira como a cidade contemporânea é construída, analisando-a como resultado da mercantilização da natureza em função da reprodução do capital.

O problema maior repousa nas disparidades desse modelo de produção, pois, enquanto os detentores do capital têm a possibilidade de escolher o lugar de moradia, o mesmo não acontece com aqueles que não tem acesso ao capital. Cabe a população mais pobre aceitar o que lhes é destinado, sendo frequentemente as áreas degradadas, vulneráveis à ocupação, nas quais problemas ambientais urbanos, tais como as enchentes, inundações e movimentos de massa fazem parte da realidade.

Para Carlos (2018), elementos como a propriedade privada e a hierarquia social, permitem que o capitalismo distancie os mais pobres de ambientes de qualidade e impossibilite o acesso a serviços oferecidos pela cidade. O distanciamento de elementos básicos, como um ambiente de qualidade e a integração na sociedade, permitiu o surgimento de estudos voltados a entender não somente a injustiça social por trás da segregação, como também da injustiça ambiental, oriunda da má distribuição de recursos e dos impactos ambientais (MENDONÇA, 2004; ACSELRAD, 2015).

De acordo com Lima (2013),

As cidades provocam modificações profundas e os problemas aumentam quando não se possui a preocupação de planejar os espaços urbanos com um “olhar” para o ambiente como um todo, ou seja, considerando-se os aspectos sociais, econômicos e também ambientais (LIMA, 2013, p. 51).

Essas modificações sem o devido planejamento, afetam não somente o ambiente, como elementos sociais e econômicos, pois, de acordo com Lima (2013), influenciam na qualidade do ambiente. A exposição aos problemas socioambientais é, segundo a autora, resultado da interação desregulada entre sociedade e natureza, materializando-se nas cidades. É nessa materialização que se insere a importância do planejamento urbano e do conhecimento geomorfológico, compreender as dinâmicas da natureza e os anseios da

sociedade, são fundamentais para reduzir os impactos do processo de urbanização.

A cidade, enquanto materialização de um sistema dividido em classes, reflete essa divisão no acesso e direcionamento de ambientes de qualidade. Na medida em que ambientes degradados são destinados à população mais pobre, tem-se o que Acserald (2015) compreende enquanto injustiça ambiental. Concebida enquanto incoerência na responsabilidade das práticas danosas ao ambiente, a injustiça ambiental considera a responsabilização dos impactos ambientais, tendo em vista que aqueles que degradam normalmente não são responsabilizados, já a população mais pobre se vê obrigada a conviver com tal degradação.

Para Souza (2019),

Conceitualmente, portanto, a injustiça ambiental tem sido compreendida como se referindo à desigualdade social e espacial na distribuição do fardo representado pela geração de contaminantes como subprodutos dos processos industriais. Mas vale a pena ampliar esse entendimento, percebendo que ela diz respeito a qualquer processo em que os eventuais malefícios da exploração e uso de recursos e da geração de resíduos indesejáveis sejam socio-espacialmente distribuídos de forma assimétrica, em função das clivagens de classe e outras hierarquias sociais (SOUZA, 2019, p. 130).

A exposição aos riscos de desastres, por exemplo, decorrentes do processo de ocupação durante a produção da cidade, bem como a capacidade de resistir a tais eventos, configura ainda como elementos da injustiça ambiental (SOUZA, 2019). De acordo com Coelho (2013), esses problemas ambientais urbanos, sejam eles de cunho ecológico ou social, não afetam o espaço urbano como um todo, e é nessa diferenciação de afetados e responsabilizados que se identifica a injustiça ambiental.

É importante ressaltar não apenas os aspectos ambientais, como também econômicos, sociais, políticos e culturais, pois de acordo com Cidade (2013), estes contribuem para compreender a exposição de determinados grupos sociais a eventos, comumente identificados em ambientes degradados.

Os problemas ambientais oriundos da ausência de planejamento urbano, afetam na qualidade ambiental, em diferentes níveis de intensidade. A qualidade ambiental, enquanto uma concepção subjetiva, varia de acordo com o

indivíduo ou grupo que a avalia. Ferreira (2016), associa ainda à qualidade de vida, como a saúde e bem-estar de determinada população, pois se relacionam ao ambiente no qual os indivíduos ou grupos sociais estão inseridos.

Luengo (2002), associa essa qualidade ambiental aos meios no qual determinado grupo se insere, sobretudo em termos de conforto, aspectos ecológico, econômico-produtivo, sociocultural e estético das dimensões espaciais. Na materialidade do espaço urbano, o planejamento urbano se torna a principal ferramenta para garantir a qualidade ambiental, distribuindo de maneira adequada as ocupações e oferecendo serviços urbanos de qualidade para população urbana como um todo.

No entanto, é evidente a diferenciação no acesso aos serviços e ambientes de qualidade nas cidades. Enquanto a população mais rica pode escolher os compartimentos do relevo mais seguros, a parcela mais pobre tende a ser direcionada aos fundos de vales e encostas de morros com declividade acentuada.

Na medida em que a população rica tem acesso a tecnologias e conhecimentos voltados a construção civil, aos pobres resta a construção irregular, com pouco planejamento e materiais de baixa qualidade. Neste sentido, o ambiente degradado por práticas exploratórias, faz com que a população socioeconomicamente vulnerável, torne-se seja acometida pela ocorrência dos problemas ambientais urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do momento em que compreendemos as cidades enquanto materialização das relações sociais, econômicas, políticas, culturais, etc., fica claro a capacidade da sociedade em transformar a primeira natureza em uma segunda natureza adequada aos anseios do capitalismo. Dividida em classes, a cidade reflete nitidamente as características do modo de produção capitalista, ao se apropriar de elementos naturais e transformá-los em mercadorias.

Enquanto produto histórico, a cidade, bem como o ambiente construído, armazena os impactos e características de eventos e processos que ocorreram durante o desenvolvimento da sociedade. A ausência de planejamento urbano que considerasse não somente a expansão da malha urbana, mas os

componentes físicos do ambiente que seriam afetados, faz com que a degradação ambiental se torne uma realidade urbana.

Uma parcela considerável das cidades brasileiras, tem seu núcleo iniciado próximo a canais fluviais, que por muito tempo funcionavam não somente como via de acesso e fonte hídrica, mas como local de descarte de resíduos. No momento em que ocorre o crescimento urbano, a população com maior poder aquisitivo se distancia dos fundos de vale na busca por qualidade ambiental e, conseqüentemente, de vida.

Conclui-se a partir das discussões, que as cidades construídas ao longo do tempo, desconsiderando o planejamento urbano e a qualidade ambiental, atualmente evidenciam cenários de degradação ambiental. O problema toma proporções ainda maiores, quando a população mais vulnerável é direcionada a residir nestas áreas degradadas. A injustiça ambiental, repousa deste modo, na distribuição desigual de um ambiente de qualidade, especialmente ao responsabilizar os socioeconomicamente mais vulneráveis pelos frequentes desastres ambientais identificados nas cidades.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. **O Social em Questão**, Ano XVIII, nº 33, 2015. pg 57 – 68.

BRENNER, N. Teses sobre a urbanização. **Revista eletrônica E-Metrópolis**. Ano 5, n. 19, 2014, p.6-25.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.98p.

CARLOS, A. F. A. **Geografia Crítica-Radical e a teoria social**. In: CARLOS, A. F. A. (org.). Geografia urbana crítica: teoria e método. São Paulo: Contexto, 2018. p. 15-34.

CASSILHA, G. A.; CASSILHA, S. A. **Planejamento Urbano e Meio Ambiente**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009. 176 p.

CIDADE, L. C. F. Urbanização, ambiente, risco e vulnerabilidade: em busca de uma construção interdisciplinar. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 171-191, jan/jun 2013.

COELHO, M. C. N. **Impactos ambientais em áreas urbanas** – teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Impactos ambientais urbanos no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 10^aed., 2013, p. 19-45.

CORRÊA, R. L. Posição Geográfica de Cidades. **Cidades**. v. 1, n. 2, 2004, p. 317-323

COSTA, H. R. O. **O risco ambiental em uma cidade pequena**: análise da morfodinâmica atual e sua relação com as áreas de risco à enchentes, inundações e alagamentos na cidade de Capinópolis/MG. 2019. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.662>

FERREIRA, L. F. **Qualidade ambiental das habitações de interesse social nos bairros Sol Nascente e Canaã II em Ituiutaba/MG**. Dissertação (mestrado – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2016. 196 p.

GEORGE, P. **Geografia urbana**. São Paulo: Difel, 1983.

GIRÃO, O.; CORRÊA, A. C. B. A contribuição da Geomorfologia para o planejamento da ocupação de novas áreas. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE DCG/NAPA, v. 21, n. 2, jul/dez. 2004. p. 36-58.

GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. S. **Geomorfologia ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª ed., 2014. 190p.

HACK, J.T. Interpretation of Erosional Topography in Humid-Temperate Regions. **American Journal Science**, New Haven, v. 258-A, p. 80-97, 1960.

HARVEY, D. **Ciudades rebeldes**: Del derecho de la ciudad a la revolución urbana. Madariaga, Juanmari. Madrid: Akal, 2013b. 238p.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, 14(28), 2013a. p. 8-39. Acesso em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2012.v14i28.a13641>. Disponível em: 05 jan 2022.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 212p.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, H. **O pensamento marxista e a cidade**. Lisboa: Ulisséa, 1972, 173 p.

LIMA, V. **A sociedade e a natureza na paisagem urbana**: análise de indicadores para avaliar a qualidade ambiental. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. 2013. 358 p.

LUENGO, F. G. La Calidad Ambiental Urbana como Instrumento Teórico-metodológico. Estudio del impacto sobre los valores histórico-urbanísticos. **FERMENTUM**, Mérida: Venezuela, vol. 12, núm. 33, enero-abril, 2002, pp. 126-141.

MAGRINI, M. A. O. **Vidas em enclaves**. Imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n], 2013. 488 f.

MENDONÇA, F. Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR, n. 10, p. 139-148, jul./dez. 2004.

MIYAZAKI, V. K. **Estruturação da cidade e morfologia urbana**: um estudo sobre cidades de porte médio da rede urbana paulista. Presidente Prudente: [s.n], 2013, 305 f.

MOTA, S. **Urbanização e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 1999. 352 p.

MUNFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. (tradução Neil R. da Silva). 4^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 741p.

PEDRO, L. C. Geomorfologia urbana: impactos no ambiente urbano decorrente da forma de apropriação, ocupação do relevo. **Geografia em Questão**. V.04, N. 01, 2011. pág. 153 – 172

SANTOS, R. F.; CALDEYRO, V. S. **Paisagens, condicionantes e mudanças**. In.: SANTOS, R. F. (org.). Vulnerabilidade Ambiental: Desastres naturais ou fenômenos induzidos? Brasília: MMA, 2007. p. 13-21

SILVA, J. B. Planejamento urbano e crise das cidades. **Terra Livre**. N^o 30, 2008, p. 83-96.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 57, p. 77-92, 1980.

SOJA, E. **Postmetrópolis**: estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008. 594p.

SOUZA, M. L. **A Prisão e a Ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632p.

SOUZA, M. L. **Ambientes e territórios**: uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Bertrand, 1^a ed., 2019. 350 p.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade**: uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. 6^a. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 560p.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Meio, ambiente e geografia**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2021. 145 p.

TRICART, J. **Ecodinâmica**. Recursos Naturais do Meio Ambiente. R. Janeiro: IBGE, 1977. 97p.

Recebido em 16 de março de 2022

Aceito em 21 de outubro de 2022